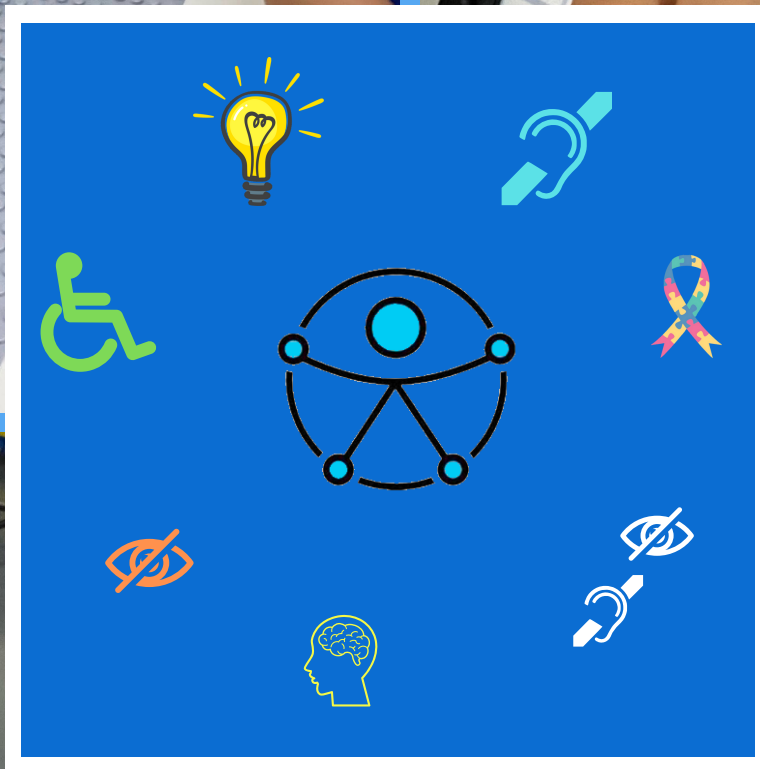


EDUCAÇÃO ESPECIAL 2024





SUMÁRIO

1. Palavras iniciais...	2
1.1 Trabalho colaborativo: compromisso de todos e de cada um com a inclusão escolar	2
1.2 Identificação e eliminação das barreiras no contexto: compromisso educacional	3
2. Sobre a Educação Especial: saberes necessários	4
3. Ações a serem implementadas por TODOS os profissionais da escola	6
4. Trabalho Colaborativo no contexto da Classe Comum	11
5. Processo formativo e avaliativo dos estudantes público da Educação Especial	13
6. Conselho de Classe: um espaço de ação pedagógica, dialógica, contínua, colaborativa e inclusiva	14
7. Redes de apoio e parcerias importantes e necessárias	14
8. Serviços da Educação Especial no contexto da escola comum	17
8.1 Sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE	18
8.2 Profissionais que atuam junto aos estudantes público da Educação Especial	19
8.3 Constituem Serviços do Atendimento Educacional Especializado	20
8.4 Organização e disponibilização dos Serviços da Educação Especial	21
8.5 Escolas de Referência para Estudantes com Surdez	23
8.6 Quadro da Educação Especial	25
8.7 Sugestões e possibilidades para adequações e flexibilizações para favorecer a acessibilidade ao conhecimento	29
Referências	32

1. Palavras iniciais...

Como bem sabemos, a **educação é um direito de todos**, independente de gênero, etnia, idade, classe social, deficiência etc., sem discriminação.

Inclusão Escolar

CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR



Fonte: CEMEPE, 2024.

O **paradigma da inclusão escolar** tem como alguns princípios basilares a **democratização da escola e a universalização do ensino** para garantia de acesso, permanência, participação e aprendizado e fundamenta-se na defesa dos **direitos humanos**.

A educação é direito de todos, inclusive do público da **Educação Especial**. Para tanto, a LDB (9394/96) preconiza a **oferta dos serviços da Educação Especial nas escolas regulares** para favorecer a **acessibilidade** dos estudantes público da Educação Especial aos espaços escolares e ao conhecimento.

- **Para tanto é imprescindível...**

1.1 Trabalho colaborativo: compromisso de todos e de cada um com a inclusão escolar:

Trabalho colaborativo

A **articulação e o trabalho colaborativo entre Classe Comum e os serviços da Educação Especial** permitem responder às necessidades educativas dos estudantes na perspectiva do direito à educação para todos, tal como expressam os documentos legais e normativos vigentes.



Fonte das imagens: Google imagens

1.2 Identificação e eliminação das barreiras no contexto: compromisso educacional

As legislações vigentes, as Diretrizes Municipais da Educação Especial, a Instrução Normativa 006/2022, dentre outros documentos oficiais apregoam que a inclusão escolar do público da Educação Especial demanda **ações e estratégias pedagógicas em prol da acessibilidade aos espaços e ao conhecimento.**

Para tanto, é fundamental que todos os profissionais da educação **identifiquem as barreiras do contexto** para que juntos, em um trabalho colaborativo, promovam ações para eliminação dessas barreiras. Dentre elas:

Barreiras Sociais e Educacionais

Comunicacionais Arquitetônicas Atitudinais Procedimentais Metodológicas Tecnológicas



Fonte das imagens: Google imagens

Todo o processo de inclusão escolar dos estudantes público da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino é organizado em conformidade com as **Diretrizes Municipais da Educação Especial – 2020**. Esse documento, conforme a **Instrução Normativa SME (006/2022)**, é normativo e orientador dos **serviços da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino**.

Cabe ressaltar que as **Diretrizes Municipais da Educação Especial – 2020** precisam ser de **conhecimento de todos os profissionais da escola** por

apresentarem orientações, esclarecimentos, concepções, ações e a organização da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino.

Diretrizes Municipais da Educação Especial

As Diretrizes foram construídas com **representatividade dos profissionais de todas as escolas da rede municipal**, considerando o contexto da rede, suas especificidades, sempre em consonância com os documentos oficiais e legislações vigentes.



Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia – 2020. ,
 Disponível em:

<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>

Acesso em dez. 2023.

2. Sobre a Educação Especial: saberes necessários

Refere-se aos conhecimentos, recursos e serviços para a promoção da acessibilidade aos espaços e ao conhecimento para o público da Educação Especial, conforme Decreto 7.611/11.



Deficiência Visual - cegueira



Deficiência Auditiva - surdez



Deficiência Física



Altas Habilidades/Superdotação



Transtorno do Espectro Autista - TEA



Deficiência Intelectual



Surdocegueira

Estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (atualmente Transtorno do Espectro Autista) e Altas Habilidades/Superdotação (BRASIL, 2011).

Fonte das imagens: Google imagens

Conforme as **legislações vigentes**, dentre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE, 2008), a Lei Brasileira De inclusão (LBI 13.146/2015), dentre outras: a Educação Especial é uma **área de conhecimento** que colabora para a garantia de **direitos à Educação** do seu público.

Trata-se de uma **modalidade transversal** a todas as etapas, níveis e modalidades, com a **oferta de recursos e serviços** que promovam e assegurem a **acessibilidade no processo de ensino e aprendizagem** do seu público nas turmas comuns do ensino regular.

Educação Especial: transversalidade



Fonte: CEMEPE, 2024.



A Educação Especial não se trata de reforço escolar e não substitui a escolarização. Essa se refere a oferta de recursos e serviços para a acessibilidade.

Fonte: CEMEPE, 2024.

3. Ações a serem implementadas por TODOS os profissionais da escola:

<p>ACOLHIMENTO</p>		<p>Um ambiente escolar acolhedor desenvolve a confiança, estreita e fortalece os vínculos afetivos. E a afetividade é fundamental para o engajamento, o aprendizado e o desenvolvimento.</p>
<p>TEMPO</p>		<p>É necessário tempo para conhecer o outro e se fazer conhecido, para estabelecer vínculos e construir rotinas. É preciso considerar o tempo de cada um e ter atenção às especificidades na retomada do ritmo e da rotina escolar.</p>
<p>DIÁLOGO</p>		<p>O diálogo precisa ser permanente e contínuo com as famílias: acolhendo, orientando, proporcionando segurança e compreendendo os desafios de forma racional e construtiva.</p>
<p>EMPATIA</p>		<p>Empatia é fundamental no contato com os estudantes, suas famílias e com todos os profissionais. Tem a ver com a habilidade de colocar-se no lugar do outro antes de ter qualquer reação adversa ou intolerante.</p>

Fonte das imagens: Google imagens

ACOLHIMENTO AO ESTUDANTE E ÀS FAMÍLIAS

É fundamental que a família reconheça na escola e em seus profissionais a segurança, o apreço e a parceria necessária.

Precisamos contribuir para a construção e o fortalecimento dos vínculos de confiança entre família e escola.

É necessário proporcionar tempo, ambiente e recepção adequados à reentrada e ao reencontro na escola.

- **Observar a chegada do estudante:** conversar com quem o acompanhou até a escola. Acolher, observar, indagar para conhecer;
- **Informar-se sobre o estudante:** colher informações sobre os meios que ele utiliza para se comunicar, os recursos de acessibilidade de que ele necessita, a sua forma de registro (oral, escrita, apontamento, pareamento, entre outros), a sua condição de funcionalidade e autonomia e suas áreas de interesse;
- **Utilizar linguagem clara e objetiva:** diálogo com a fala direcionada, objetiva e com contato visual, de modo a favorecer a compreensão do estudante, considerando suas especificidades e singularidades com a afabilidade;
- **Estabelecer parceria junto à família** para conhecimento da condição de funcionalidade do estudante, da organização de sua rotina diária e ainda compreender como a sua participação ocorreu nas atividades escolares durante os anos anteriores;
- **Estabelecer parceria entre todos os profissionais** presentes na escola para identificação das necessidades do estudante e das barreiras existentes no contexto, com o objetivo de verificar e organizar adequações e recursos pedagógicos e de acessibilidade, visando o acesso ao conhecimento.

ACESSIBILIDADE E ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS

De acordo com Sasaki (2006, p.23), “o conceito de **acessibilidade** deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais e não formais existentes”.

Dimensões das barreiras



Atitudinal



Arquitetônica



Urbanística



Transporte



Comunicacional



Programática



Tecnológica/
Instrumental



Metodológica

Fonte: SASSAKI, 2005; BRASIL, 2015;

Sassaki classifica o **conceito de acessibilidade** nas seguintes dimensões:

Acessibilidade instrumental	Acessibilidade nos instrumentos e utensílios de estudo , como: lápis, caneta, tesoura, teclado de computador e materiais pedagógicos.
Acessibilidade atitudinal	Programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas sobre a convivência na diversidade humana , resultando em eliminação e quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações .
Acessibilidade metodológica	Acessibilidade nos métodos e técnicas de estudo com adequações curriculares que considerem as inteligências múltiplas, os estilos de aprendizagem e que promovam a participação de todos e de cada um etc.
Acessibilidade arquitetônica	Acessibilidade nos ambientes físicos e recintos internos e externos etc.
Acessibilidade programática	Acessibilidade nas políticas públicas, regulamentos e normas em geral.
Acessibilidade comunicacional	Acessibilidade na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade digital).
Acessibilidade tecnológica	Utilização de tecnologia assistiva e dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e intelectuais, dentre outros.

Fonte: Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia, 2020.

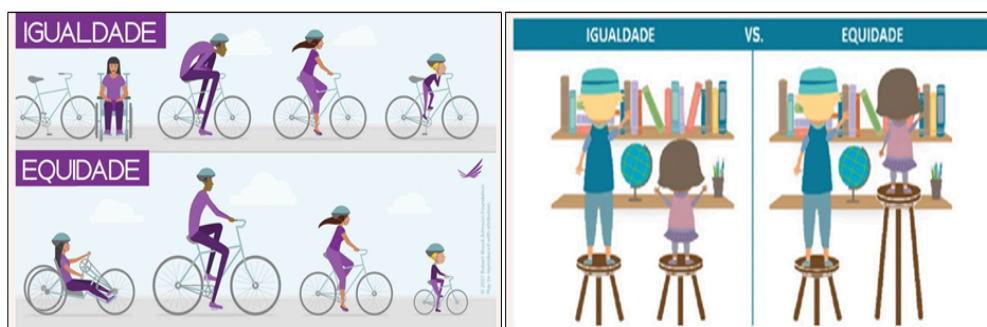
EQUIDADE

Princípio fundamental em **situações escolares** em que há estudantes com pontos de partida bem diferentes, que requerem atenção específica por suas características e a proposição de ações que atendam aos variados **ritmos e estilos de aprendizagem** e que garantam o acesso às mesmas **oportunidades para aprender**.

Significa **fazer diferente para os diferentes**, ou seja, adaptar para que pessoas com necessidades específicas possam usufruir de todas as oportunidades que as demais, de formas alternativas (GLAT; MASCARO; ANTUNES; MARIN, 2011 apud MARIN, 2016). Fazer uso de estratégias, recursos diferentes e diversificados para garantir a igualdade de direitos é promover a equidade.



Igualdade e Equidade



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/843439836450394336/>

AÇÕES UNIVERSAIS

As ações universais têm como base a **diversificação do modo de apresentar o conteúdo escolar** (habilidades que objetiva desenvolver), **diversificação do processo de ensino** e **diversificação na apresentação da aprendizagem**. Elas são projetadas para promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, sendo eles público ou não da Educação Especial.

O **Desenho Universal para a Aprendizagem – DUA**- promove as **ações universais** baseadas nos estudos da **Neurociência**, proporcionando múltiplas maneiras de apresentar o conteúdo ou habilidades, múltiplas maneiras de ação e expressão e múltiplas maneiras de engajamento CAST (2011).

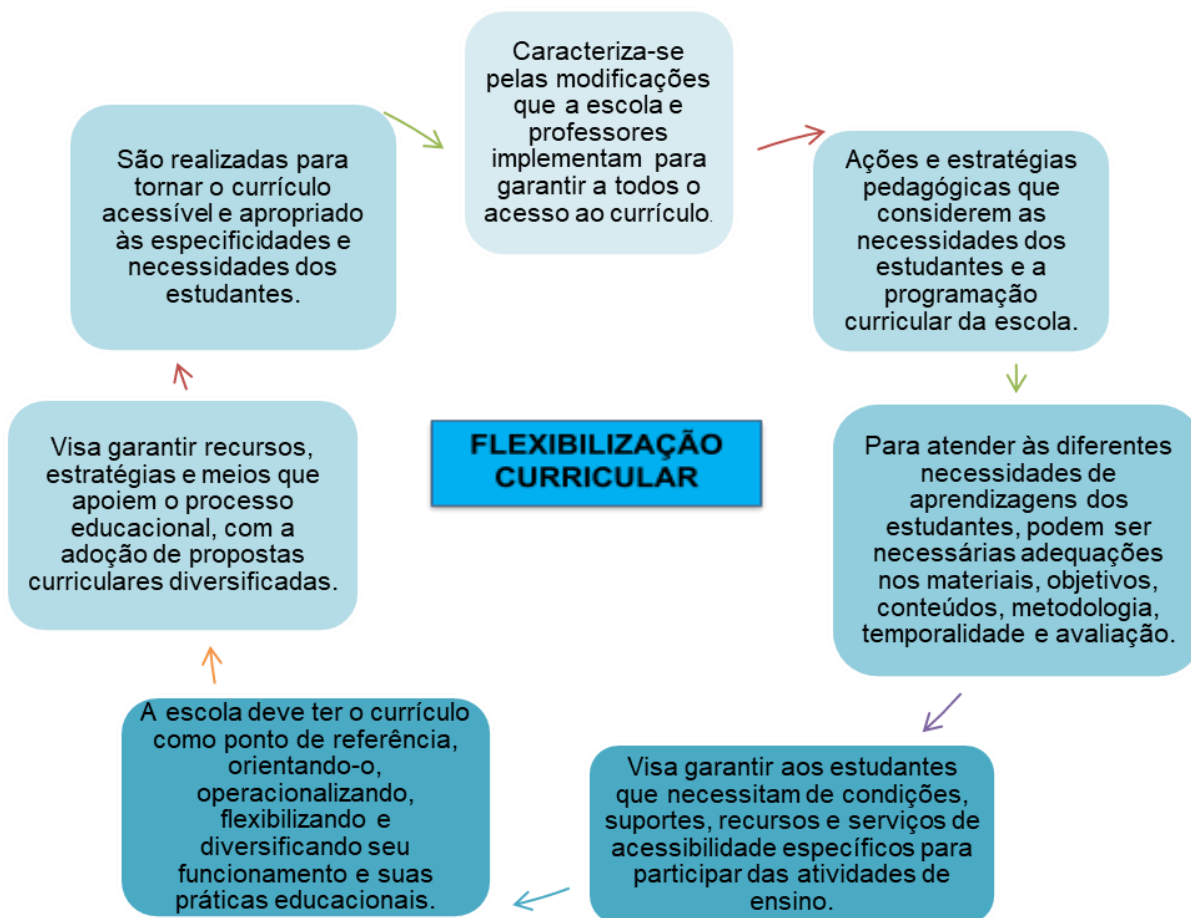
Na instrução diferenciada, o professor deve diversificar:

- **Conteúdo** – o que os estudantes devem aprender e os materiais que representam o conteúdo/habilidades desejada;
- **Processo** – atividades por meio das quais os estudantes devem compreender a ideia usando habilidades essenciais;
- **Produto** – como os estudantes demonstram e ampliam o que entendem e podem fazer com o resultado da aprendizagem.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

O **processo de ensino e aprendizagem deve considerar as diferentes necessidades e possibilidades**, sendo necessário, para isso, que esse seja flexível e acessível a todos. Desse modo, pressupõe um **currículo inclusivo** que considere as habilidades e as necessidades dos estudantes, valorizando sempre a diversidade humana (STAINBACK & STAINBACK, 1999).

Não se trata de um novo currículo, mas de um currículo dinâmico, flexível, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os estudantes. Trata-se de identificar as necessidades educacionais dos estudantes para garantir **recursos, estratégias e meios favoráveis que apoiem o processo educacional**. Um currículo flexível com a realização das **adequações, flexibilizações e modificações progressivas** do currículo regular, para **acesso** aos conteúdos àqueles que delas necessitem.



Para tanto, o Ministério da Educação, por meio da publicação dos fascículos: **Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais (2000)**, dentre outros, compreende os tipos e ações de flexibilização curricular:

Tipos de flexibilização curricular



BRASIL, 2000.

Fonte: Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais (2000)

É de suma importância realizar uma criteriosa análise e avaliação das reais necessidades dos estudantes e dos **tipos de adequações, recursos e suporte** para, assim, favorecer a aprendizagem desses. O [OFÍCIO CIRCULAR Nº 422/2021/ASS PED/CEMEPE/SME](#) apresenta algumas orientações e esclarecimentos que visam assegurar a acessibilidade ao conhecimento para os estudantes na classe comum.

Em anexo do referido ofício consta o documento “**Inclusão Escolar dos estudantes público da Educação Especial: orientações para a organização do trabalho em parceria para promoção da acessibilidade**” com orientações importantes sobre o papel de todos os profissionais da escola nesse processo. Entendemos que as ações em prol da acessibilidade ao conhecimento acontecem a partir do trabalho de parceria e colaboração de toda a equipe de profissionais.

Essas ações estão em consonância com os documentos orientadores, legislações vigentes e as **Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia – 2020-** e defendem que, para se estruturar um trabalho com vistas às **flexibilizações curriculares**, faz-se necessário **parceria e trabalho colaborativo** entre toda a equipe de profissionais que acompanham o estudante.

4. Trabalho Colaborativo no contexto da Classe Comum

Para que a escola se torne cada vez mais inclusiva, é essencial o compromisso colaborativo de **todos os profissionais** na implementação de ações que potencializam o desenvolvimento dos estudantes, alicerçada na organização e articulação com os **serviços e recursos** promotores da **acessibilidade aos espaços e ao conhecimento**, em conformidade com suas necessidades.

A **Instrução Normativa – SME: IN nº 006/2022** apresenta uma perspectiva mais ampla ao abordar aspectos conceituais para a efetivação de uma escola inclusiva. O documento inicia os **capítulos I e II** trazendo alguns dos conceitos referentes ao **paradigma da inclusão escolar, acessibilidade e eliminação de barreiras e, em paralelo, amplia o olhar para a diferença humana.**

Essas conceituações não se referem apenas à Educação Especial e seu público, mas **a todos que fazem parte do contexto escolar**, estando em conformidade com as legislações vigentes e os estudos na área. O documento trata ainda da importância do trabalho **colaborativo** no contexto da escola, apresenta algumas das **atribuições e dos compromissos assumidos por cada profissional envolvido no processo de escolarização** destacando a **importância de cada um e de todos** nesse processo, inclusive das famílias.

Trabalho colaborativo



Fonte das imagens: Google imagens

Fonte: CEMEPE, 2023.

Assim, é de fundamental importância que **todos** os profissionais que atuam nas escolas da Rede Municipal de Ensino tenham **conhecimento da IN SME 006/2022**, uma vez que as ações pedagógicas precisam considerar alternativas, estratégias, flexibilizações e metodologias que observem os **princípios da inclusão, da equidade no acesso, da permanência com desenvolvimento e aprendizado.** Dessa forma, nesse documento retomamos alguns aspectos e conceitos relevantes que precisam **ser de conhecimento de todos os profissionais** que atuam junto a esse público.

5. Processo formativo e avaliativo dos estudantes público da Educação Especial:

A inclusão escolar demanda ações pedagógicas inclusivas, que considerem a diferença humana, os **diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, as inteligências múltiplas, reconhecendo a neuroplasticidade, o papel fundamental da mediação pedagógica e ainda planejar e considerar estratégias e recursos que tornem o conhecimento acessível.** Assim, é fundamental que o processo formativo e avaliativo promova a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes público da Educação Especial, **rompendo** com práticas excludentes e contribuindo para o desenvolvimento de uma escola cada vez mais inclusiva.

As ações e as escolhas pedagógicas inclusivas são **processos indissociáveis de organização do ensino, de avaliação e de planejamento na educação.** Esse processo precisa ser dialógico, processual, contínuo e formativo, e pode ser realizado de diferentes maneiras, mediante a observação, o acompanhamento, a avaliação e a reavaliação, bem como a reflexão constante dos profissionais.

Retomamos a reflexão constante no fascículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao afirmar que nosso desafio é **ultrapassar as práticas** que utilizem provas e atividades que tenham **apenas o objetivo de registrar notas** para aprovar ou reprovar o estudante, pois a avaliação tem de ser fundamental e principalmente assumida como um poderosíssimo processo que **serve para aprender.**

Além disso, o mesmo documento esclarece que o que identifica uma **avaliação como formativa** é muito mais a intenção com que utilizamos determinada atividade do que propriamente a atividade em si. As **atividades avaliativas devem ser diversificadas** (provas, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, pesquisas, produção de materiais, apresentações orais, produções escritas, dentre outras) e contextualizadas ao ensino, desafiando o estudante no seu percurso de aprendizagem.



6. Conselho de Classe: um espaço de ação pedagógica, dialógica, contínua, colaborativa e inclusiva.

O item 6.3 do **Documento Orientador das Ações Pedagógicas (2024)** apresenta a importância do Conselho de Classe como espaço privilegiado de práticas de avaliação da escola. Momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, o [OFÍCIO CIRCULAR Nº 3032/2022/CIE/SME](#) orienta e esclarece sobre o papel do Conselho de Classe no acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes da Educação Especial, trazendo ainda um instrumental para que as análises, procedimentos e deliberações acordadas pelo Conselho de Classe sejam registradas, formalizadas e implementadas no contexto do processo formativo e avaliativo.

7. Redes de apoio e parcerias importantes e necessárias:

A família:

A família precisa ser a **primeira parceira da escola** na implementação de ações pedagógicas junto ao estudante. **Acolha** a família, exercite a **escuta ativa**, evite julgamentos, pratique a **empatia**. Pergunte sobre o estudante, busque **compreender** como as relações em casa se estabelecem: linguagem, interações sociais, estimulações, cuidados com a saúde, cultura familiar etc. **Oriente a família** e em casos de **vulnerabilidade** auxilie, informe, encaminhe, busque parceiros junto ao Cemepe, Educação Especial, Saúde, Conselho Tutelar etc.

Encaminhamentos para programas e projetos educacionais da rede:

Os estudantes da Educação Especial **podem** participar de programas e projetos da rede, como: o **Pacto pela Alfabetização**, o **Fortalecimento da Aprendizagem**, dentre outros, conforme a organização e os critérios definidos pelos programas junto a cada unidade escolar. Acesse o fascículo desses programas nos links disponíveis no **Documento Orientador das Ações Pedagógicas (2024)**.

Grupo Multiprofissional de Atendimento Escolar - Gumae:

O Grupo Multiprofissional de Atendimento Escolar (Gumae) é formado por **assistentes sociais e psicólogos**, sendo que cada escola é acompanhada por uma dupla formada por 01 assistente social e 01 psicólogo(a). O trabalho da equipe multiprofissional de **acompanhamento das escolas** consiste em ações de **acolhimento, direcionamento, encaminhamento e assessoria de demandas individuais, ações coletivas, articulação com a rede e participação nas formações do CEMEPE**. A escola informa as demandas e as necessidades para que esses possam organizar o plano de trabalho. Consulte o Fascículo do Gumae (2024) para conhecer melhor a atuação, os projetos e as orientações quanto ao direcionamento de demandas individuais.

Encaminhamentos à rede básica de saúde:

Sempre que identificar algum **prejuízo no desenvolvimento** do estudante, é fundamental que o professor da **classe comum converse com o (a) Analista Pedagógico (a)** para proceder com a estratificação desse e encaminhá-lo **à rede de saúde primária**.

Seguir orientações de fluxo, conforme organograma abaixo:



A escola deve acompanhar o processo junto à UBS de referência do estudante

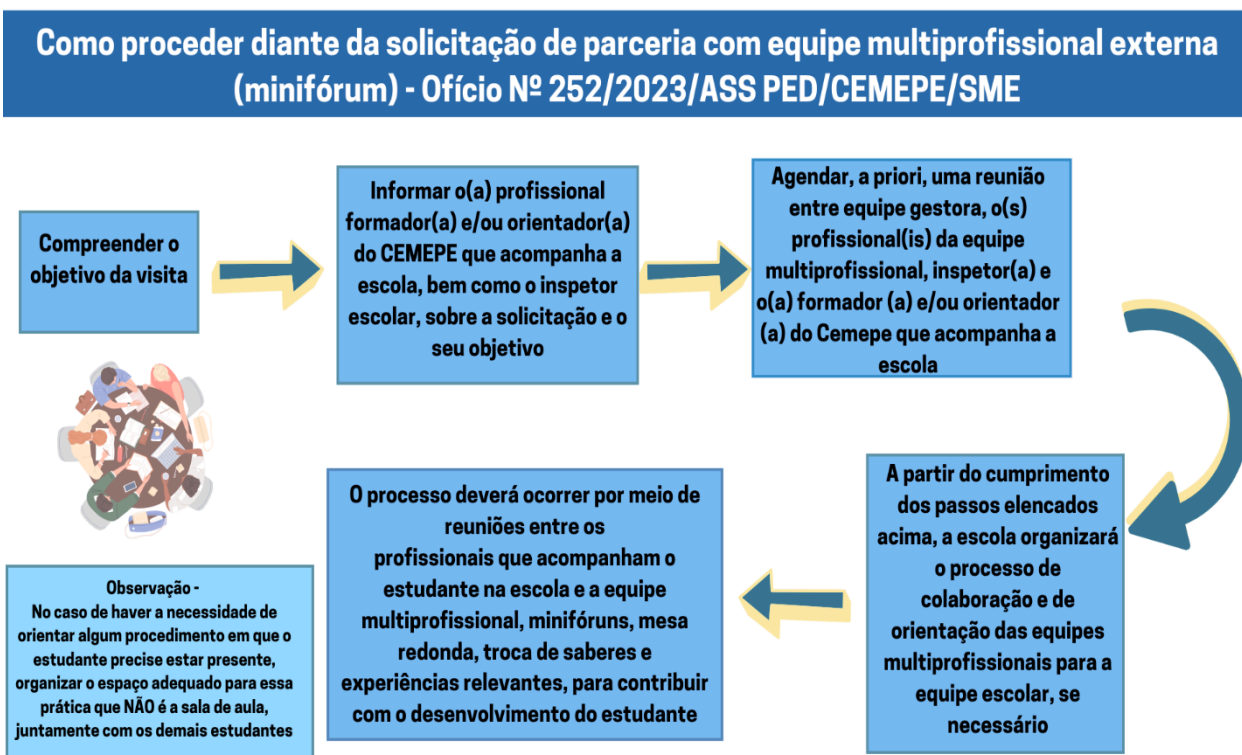
Fonte: CEMEPE, 2024.

Minifórum com equipe multiprofissional:

Trata-se de **reuniões entre profissionais de diferentes áreas** para orientações, informações e trocas de saberes em prol do desenvolvimento do estudante.

Os minifóruns são **organizados pela escola** ao perceber a **necessidade de se reunir com equipes extraescolares** que acompanham o estudante e/ou ainda para atender às solicitações de familiares e/ou equipes multiprofissionais para acesso ao contexto escolar dos estudantes que contam com esse acompanhamento. Essa parceria deve **acontecer sempre em conformidade** com o [OFÍCIO Nº 252/2023/ASS PED/CEMEPE/SME](#). Em destaque abaixo:

Organização para realização de Minifórum



Reuniões escolares com familiares com surdez:

Sempre que a escola for realizar **reunião com pais e/ou responsáveis com surdez**, faz-se necessário utilizar o aplicativo para interpretação em Libras, disponível nas escolas.

O aplicativo **Mãos que conectam: acessibilidade e inclusão em Libras** tem o objetivo de promover a acessibilidade comunicacional no atendimento ao público com surdez. Todas as informações, orientações e o QR CODE para acesso foram disponibilizados às escolas em novembro de 2023.

No caso de **eventos e/ou apresentações artísticas** de estudantes que tenham pais e/ou responsáveis com surdez, é necessário que a escola solicite a presença de um intérprete, com antecedência mínima de 03 dias úteis, via ofício pelo e-mail cemepe.pedagogico@cemepe.sme.udi.br, informando data, local e horário do evento.

Mãos que conectam



Fonte: CEMEPE, 2024.

8. Serviços da Educação Especial no contexto da escola comum:

- ☺ Atendimento Educacional Especializado – AEE;
- ☺ Profissional de Apoio Escolar;
- ☺ Intérprete de Libras/Intérprete Educacional;
- ☺ Instrutor/Professor de Libras;
- ☺ Recursos de tecnologia assistiva, Braile, comunicação alternativa e aumentativa, dentre outros.

8.1 Sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE

De acordo com o IV Capítulo, artigo 14, parágrafo 2º da **Instrução Normativa – SME: IN nº 006/2022** “O AEE deve ser disponibilizado no turno inverso da escolarização e no próprio turno por meio do assessoramento à classe/escola comum.”

O assessoramento se caracteriza como um processo interativo em que **profissionais com experiências e saberes diversos** conseguem, juntos, identificar e eliminar barreiras do contexto, potencializar e buscar acessibilidade e criar estratégias e soluções nas diversas situações que envolvem o processo de ensino, de aprendizado etc.

O artigo 6º, parágrafo único da Instrução Normativa SME 006/2022, esclarece que:

O trabalho colaborativo deve acontecer dentro do turno de escolarização (regular) do estudante, articulado com os professores de todas as áreas, profissionais de apoio escolar, educador infantil I, analistas pedagógicos e demais profissionais inseridos no contexto escolar, observadas as atribuições inerentes ao seu cargo.(pág. 12).

Espaço e tempo para organização e efetivação do **trabalho em parceria/colaboração** entre classe comum, Atendimento Educacional Especializado e demais profissionais que atuam junto ao estudante. É fundamental que os professores do AEE, com seus conhecimentos, estratégias e recursos de acessibilidade construídos ao longo de sua formação específica, deem o **suporte aos profissionais e aos estudantes** no processo de inclusão escolar desse público no contexto da classe comum.

Conforme a Instrução Normativa SME 006/2022, em seu Art.20, o assessoramento,

deve acontecer dentro do turno de escolarização do estudante, no contexto da sala comum, junto aos professores da classe comum e estudantes público da Educação Especial. O assessoramento prevê ações com e para o estudante, com e para o professor da classe comum e demais profissionais da Educação Especial, para eliminação de barreiras no acesso ao currículo e garantir a plena participação do estudante nas atividades escolares. (pág. 15).

A efetivação da **parceria/colaboração entre analistas pedagógicos, professores da classe comum, professor do AEE e demais profissionais** que acompanham o estudante pode ainda se configurar em importantes contribuições para/com o estudante, as famílias, a escola e a comunidade.

Cabe ressaltar que o assessoramento é um dos serviços da Educação Especial que se configura como atendimento do AEE, representando uma importante oportunidade no âmbito da **intervenção, da reflexão e da transformação** do meio escolar no tocante à organização das situações de ensino e de aprendizagem que envolvem o contexto.

8.2 Profissionais que atuam junto aos estudantes público da Educação Especial



Professor regente 1, 2 e especialistas - responsável pelo ensino do conteúdo e habilidades relacionadas ao currículo escolar.

Professor Atendimento Educacional Especializado - responsável pela acessibilidade curricular e ensino de recursos de acessibilidade.

Instrutor/Professor de LIBRAS - responsável pelo ensino da Língua Brasileira de Sinais.



Analista pedagógico - coordena as ações dos professores em relação ao currículo escolar e os serviços da Educação Especial.

Diretor Escolar - coordena e gerencia as ações dos recursos humanos, financeiros e materiais da escola.



Inspetor Escolar - desenvolve atividades de natureza pedagógica e administrativa relacionadas à legislação, estrutura, organização e funcionamento das escolas, processo de ensino e aprendizagem, coordenação, assessoramento, intervenção, dentre outras.

Profissional de apoio escolar - atua na acessibilidade para higiene, locomoção, alimentação e mediação pedagógica de estudantes que necessitam desse suporte.



Educador 1 - profissional que trabalha nas atividades de vida diária e mediação pedagógica de estudantes da Educação infantil.



Intérprete de LIBRAS/Educacional - profissional responsável pela tradução e interpretação em sala de aula e demais espaços escolares para estudantes que usam a LIBRAS.

Oficial administrativo - responsável pelos assuntos administrativos da escola, como matrícula escolar.



Auxiliar de serviços administrativos - colabora na organização da escola em serviços gerais.

Fonte: CEMEPE, 2024.

8.3 Constituem Serviços do Atendimento Educacional Especializado:



Fonte: CEMEPE, 2024.

8.4 Organização e disponibilização dos Serviços da Educação Especial

I - Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

II - Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos com surdez;



III - Ensino da Informática Acessível;



IV - Ensino do Sistema Braille;



V - Ensino do uso do Soroban;

VI - Ensino das Técnicas para a Orientação e Mobilidade;



VII - Ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA;



VIII - Ensino do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA;

IX - Alternativas de comunicação para estudantes surdocegos;



Língua de sinais tátil



X - Atividades de enriquecimento curricular para as Altas Habilidades/Superdotação,



XI - Atividades de vida diária (autônoma) e social;



XII - Orientação para o uso de Recursos ópticos e não ópticos.



XIII - Atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores, funções executivas;



Assessoramento prevê ações do professor de AEE com e para o estudante, com e para o professor da classe comum e demais profissionais da Educação Especial, para eliminação de barreiras no acesso ao currículo e garantir a plena participação do estudante nas atividades escolares.

Fonte: CEMEPE, 2024.

Na organização e disponibilização dos Serviços da Educação Especial é fundamental considerar algumas **ações e estratégias diárias e contínuas que, embora sejam importantes durante todo o ano letivo**, nesse período inicial, é necessário destacar, quais sejam:

Profissional De Apoio Escolar (PAE/ANEE):

- É fundamental que o Profissional de Apoio Escolar dedique tempo para **conhecer o estudante**, suas especificidades e a sua condição de funcionalidade;
- Importante **conhecer os professores da classe comum** para juntos estabelecerem um trabalho de parceria e colaboração em prol da acessibilidade, desenvolvimento e aprendizado do estudante;
- O parágrafo único do artigo 35 da Instrução Normativa SME (006/2022) elenca que PAE/ANEE atuará **no apoio aos estudantes** que apresentem necessidades educacionais em seu processo de inclusão escolar, além daquelas **relacionadas ao contexto escolar** no apoio às ações educativas pertinentes às atribuições de seu cargo;
- A **atuação do profissional de apoio escolar** precisa ser organizada considerando a **inclusão do estudante no contexto da classe comum**, auxiliando esse professor e a equipe pedagógica da escola no trabalho com os estudantes e turmas;
- A escola juntamente com seus profissionais precisa organizar para que as ações de apoio ocorram em conformidade com as **especificidades** apresentadas pelo(s) estudante(s) e com o **tipo de apoio e suporte** que ele necessita, **relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência**, conforme o mesmo artigo 35 da Instrução Normativa (IN 006/2022);
- A Instrução Normativa SME (006/2022), no artigo 37, esclarece ainda que a avaliação da **necessidade de PAE/ANEE** para acompanhamento dos estudantes seguirá **critérios pedagógicos**, uma vez que se trata de uma demanda escolar e não clínica.



Diante da **demanda de Profissional de Apoio Escolar – PAE/ANEE** é imprescindível a efetivação do processo de observação e análise das especificidades e necessidades do estudante no contexto escolar, e posterior preenchimento do **Relatório de observação e análise das especificidades do estudante público da Ed. Especial no contexto da classe comum**. Todas as orientações se encontram no [OFÍCIO Nº 050/2022/ASS PED/CEMEPE/SME](#).

Professor de AEE

- Ofertar **suporte à escola** nas ações que contribuam com a inclusão escolar do estudante, na **comunicação com as famílias**, na **organização e retomada da rotina**, a estreitar e estabelecer vínculos, e, na compreensão das **especificidades apresentadas pelo estudante**;
- Auxiliar na **identificação das barreiras** existentes no contexto - verificar as dimensões de acessibilidade apresentadas por Sasaki (2006) e constantes nas **Diretrizes Municipais da Educação Especial – 2020**, efetivando ações para minimizá-las e/ou eliminá-las;
- Entrar em **contato com as famílias dos estudantes novatos** para agendar as entrevistas iniciais e avaliações diagnósticas para organização dos atendimentos;
- Conversar com familiares e profissionais da escola para conhecimento das especificidades do estudante, **condição de funcionalidade e de autonomia, recursos de acessibilidade** utilizados por ele etc.;
- Acessar na pasta do estudante o Relatório Final do AEE - 2023 (**Relatório de Desenvolvimento Anual sobre o Desenvolvimento do Estudante**). Este documento deve acompanhar o estudante em caso de transferência. Caso não o localize, entre em contato com a família ou com a escola de origem;
- Organizar ações de **parceria e trabalho colaborativo** com professores da Classe Comum, Profissionais de Apoio Escolar – PAE/ANEE e com Analistas Pedagógicos;
- Implementar, orientar e estimular, por meio do **assessoramento**, ações que favoreçam a acessibilidade do estudante ao conhecimento e ao

ambiente escolar, minimizando as barreiras do contexto. Consultar as **Diretrizes Municipais da Educação Especial (2020)**;

- **Orientar e acompanhar a necessidade de adequações e/ou flexibilizações**, a disponibilização e a utilização de recursos de acessibilidade (plano inclinado, computador, tablet, pauta ampliada, prancha de comunicação, recursos de baixa e alta tecnologia, soroban, recursos ópticos e não ópticos, atividades de orientação e mobilidade, dentre outros) conforme cada caso;
- Realizar o **levantamento dos estudantes** público da Educação Especial em cada turma em seu turno de atuação que necessitam do assessoramento, e organizar os horários para o **assessoramento**;
- Identificar quem serão os estudantes que serão atendidos por você. **Organizar o quadro de horários** para o atendimento (não esquecer de observar as orientações da IN SME 006/22 sobre os agrupamentos e atendimentos individuais) e para o **assessoramento** à classe comum, junto aos analistas pedagógicos;
- Organizar a realização da **avaliação diagnóstica do AEE** para dar prosseguimento no Plano de AEE e demais instrumentais para o atendimento no ano de 2024;
- Manter as **pastas dos estudantes completas, organizadas e atualizadas**, conforme orientações disponíveis nas Diretrizes municipais da Educação Especial (2020) e da Instrução Normativa IN SME 006/22, Art. 15.

8.5 Escolas de Referência para Estudantes com Surdez

Desde o ano de 2019, a rede organizou os **serviços da Educação Especial para estudantes com surdez em escolas de referência**. Foram considerados dentre os critérios para definição das escolas de referência o zoneamento (considerando que todas as regiões da cidade precisam contar com uma escola de referência) e a escolha de escolas que contemplem **Educação Infantil e Ensino Fundamental**.

Assim, após a anuência das escolas e a adesão das famílias, os estudantes com surdez são matriculados no ensino regular e no AEE das escolas de referência dentro do seu zoneamento. Essa organização tem por objetivo garantir a **oferta dos serviços da Educação Especial** a que esse estudante tem direito e a efetivação dos **03 momentos didático**

pedagógicos (AEE em Libras, AEE de Libras e AEE em Língua Portuguesa), bem como oportunizar um **ambiente comunicacional acessível**.

Conforme Instrução Normativa 006/2022:

No atendimento aos estudantes com surdez deverá ser garantido os 03 (três) momentos didáticos pedagógicos (AEE de Libras, AEE em Libras e AEE para o ensino de Língua Portuguesa), assim o estudante contará com os seguintes profissionais: I – Instrutor de Libras: profissional, preferencialmente com surdez, sendo responsável pelo ensino da Língua Brasileira de Sinais no AEE para os estudantes com surdez; II – Professor de Libras: professor responsável pelo AEE de Libras (ensino da Língua Brasileira de Sinais no AEE para os estudantes com surdez) e o AEE em Libras (ensino dos conteúdos curriculares em Língua Brasileira de Sinais) para os estudantes com surdez no AEE; III – Professor de AEE: professor responsável pelo ensino da Língua Portuguesa como segunda língua. Com finalidade de ampliação do uso social da língua nos diferentes contextos, como fonte para construção de conhecimentos, acesso ao currículo e promoção da cidadania (Artigo 32, p. 17).

É primordial que os profissionais envolvidos no atendimento aos estudantes com surdez (**analistas pedagógicos, professores do regular, intérprete de Libras/intérprete educacional, instrutor/professor de Libras e professor de AEE**) conheçam as **Diretrizes Municipais da Educação Especial (2020)**, especialmente as páginas de 123 a 131.

Para o ano de 2024, organizamos o atendimento aos estudantes com surdez em **quatro (04) escolas de referência** com o intuito de assegurar o **ambiente diglôssico para a aprendizagem**. Na oportunidade informamos que o [OFÍCIO Nº 087/2023/ASS PED/CEMEPE/SME](#) apresenta as orientações e a organização necessárias para esse movimento.

Dessa forma, as escolas de referência contam com os serviços de Professor/Instrutor de Libras, Intérprete de Libras/Educacional, além do Professor de AEE na seguinte organização:

Professor de AEE:

Além de considerar todas as ações pedagógicas e de acessibilidade pertinentes ao cargo e à sua em conformidade com as **Diretrizes Municipais da Educação Especial (2020)**, **Lei Complementar 661/2019** e **Instrução Normativa 006/2022**. O professor de AEE que atua junto a



estudantes com surdez deve ainda considerar, de acordo com o artigo 32, inciso II da IN 006/2022:

III – Professor de AEE: professor responsável pelo ensino da Língua Portuguesa como segunda língua. Com finalidade de ampliação do uso social da língua nos diferentes contextos, como fonte para construção de conhecimentos, acesso ao currículo e promoção da cidadania.(p.17).

Para tanto, é imprescindível estabelecer parceria com os analistas pedagógicos, professores da classe comum e profissionais de Libras para auxiliar na organização de metodologias e estratégias que considerem o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para o estudante com surdez.

Profissionais de Libras:

Os profissionais de Libras precisam **conhecer o estudante**, suas especificidades e o contexto no qual estão inseridos, **conhecer o(s) professor(es) regente(s)** dos estudantes para, juntos, estabelecerem um trabalho de parceria e colaboração em prol da acessibilidade, desenvolvimento e aprendizado do estudante. A organização de um **ambiente comunicacional acessível** precisa contar com a participação de todos. Logo, é importante identificar as possibilidades e demandas existentes no contexto da escola para a organização de ações e projetos que promovam um **ambiente diglósico**.

A Instrução Normativa - IN 006/2022 no artigo 7, orienta e esclarece sobre a organização do **trabalho colaborativo entre todos os profissionais** que atuam junto ao estudante. É preciso que cada um compreenda a sua importância nesse processo. No inciso V, alínea b do artigo 7 da IN 006/2022, está explicitado que, as atividades deverão ser organizadas de forma colaborativa e, sistematicamente orientadas e acompanhadas pelos professores da classe comum, do AEE e pelos analistas pedagógicos; participar do planejamento e acompanhamento das ações pedagógicas que envolvam acessibilidade comunicacional e do currículo para os estudantes com surdez, na perspectiva do trabalho colaborativo (pág. 12).

É fundamental que não somente os profissionais de Libras, mas que **os analistas pedagógicos, professores da classe comum e todos os profissionais da Educação Especial** compreendam os **03 (três) momentos didáticos pedagógicos** (AEE de Libras, AEE em Libras e AEE para o ensino de Língua Portuguesa), constantes nos documentos oficiais e apresentado na **Instrução Normativa (IN 006/2022)** e **Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia (2020)**

para a efetivação de um trabalho que considere as especificidades dos estudantes com surdez e promovam a **acessibilidade comunicacional**, conforme as legislações vigentes.

Momentos Didático Pedagógicos do AEE



Fonte: DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado**: Pessoa com Surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2007

8.6 Quadro da Educação Especial

Para uma melhor **organização e acompanhamento dos serviços da Educação Especial** é imprescindível que **os (as) analistas que acompanham o AEE** preencham o **quadro da Educação Especial** (disponibilizado abaixo) e o mantenha **atualizado**, os professores do AEE precisam auxiliar nessa tarefa.

O quadro contempla a organização do **Censo Escolar e do Web acadêmico** e precisa estar sempre atualizado, tanto em relação aos estudantes quanto aos profissionais que atuam nos serviços da Educação Especial. Consta em **anexo o modelo de quadro da Educação Especial referente a 2024** com as devidas atualizações, em conformidade com o Sistema Web acadêmico.

Siga o tutorial abaixo para o adequado preenchimento das informações:

Quadro 1: Preenchimento dos dados dos estudantes:

QUADRO INFORMATIVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2024

Nome	Ano/turma	Especificar Def. TEA e AH/SD	CID	Tipo de serviços da Ed. Especial
1	2	3	4	5
Preencher dados de todos os estudantes público da Educação Especial da escola. Dividir por turno do regular, incluindo estudantes que não fazem AEE no contraturno	Preencher com ano escolar e a turma (letra/sala) que o estudante estuda.	Preencher com todos os dados relacionados a deficiência e/ou TEA e/ou Altas Habilidades/Superdotação.	Preencher dados com todos os CID especificados pelo médico no laudo	Preencher dados com tipo de o serviço da Ed.Especial que o estudante necessita. Em casos de estudantes que não fazem AEE, justificar

Nº	Nome do Estudante	Ano escolar/turma	Turno regular	Especificar a Deficiência/TEA e/ou AH/SD*	Código do CID 10 ou 11	Tipo de atendimento		Não está matriculado no AEE Justificativa da não matrícula no AEE	PAE/ANEE	
						SRM	Assessoramento		Permanente	Intermitente
01										
02										
03										

Fonte: CEMEPE, 2024.

Quadro 2: Preenchimento dos dados dos profissionais da Educação Especial:

QUADRO INFORMATIVO DOS PROFISSIONAIS DA ED. ESPECIAL - 2024

QUADRO INFORMATIVO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2024					
ANALISTA PEDAGÓGICO					
Matrícula	Analista Pedagógico/Nome	Eletivo/Contratado/ACH	Turno	Quant. de Turmas AEE	Nº de Turm. Regulares

1 Preencher dados do analista pedagógico responsável pelos serviços da Educação Especial da escola.

Analista

PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO		
Nome do Professor	Eletivo/Contratado/Dobra	Carga horária

2 Preencher dados dos professores de AEE da escola separados por turno, especificando a carga horária de cada turno.

Prof. de AEE

Profissional de Apoio (PAE/ANEE)			
Nome do Profissional de Apoio Escolar - ANEE	Carga Horária	Turno de atuação	Nome dos estudantes acompanhados

3 Preencher dados dos PAE/ANEE por turno trabalhado e seus respectivos estudantes acompanhados.

PAE/ANEE

Intérpretes de Língua/Educacional				
Nº	Matrícula	Nome do intérprete de Língua/Educacional	Turno de atuação	Eletivo/Contratado
01				
02				
03				

4
Escolas referências

Preencher dados dos intérpretes e dos instrutores/professores de LIBRAS da escola.

Fonte: CEMEPE, 2024.



QUADRO INFORMATIVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2024



Sempre que houver atualização do quadro, enviar ao orientador pedagógico do CEMEPE.



Não se esqueça de atualizar a data do preenchimento!

Fonte: CEMEPE, 2024.



QUADRO INFORMATIVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2024

ESCOLA: _____
 DIRETOR (A): _____
 DATA DE PREENCHIMENTO: _____

Nº	Nome do Estudante	Ano escolar/turma	Turno regular	Especificar a Deficiência/ TEA e/ou AH/SD*	Código do CID 10 ou 11	Tipo de atendimento		Não está matriculado no AEE	PAE/ANEE	
						SRM	Assessoramento		Justificativa da não matrícula no AEE	Permanente
01										
02										
03										
04										
05										
06										
07										
08										
09										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										
Total										



QUADRO INFORMATIVO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – 2024

ANALISTA PEDAGÓGICO						
Nº	Matrícula	Analista Pedagógico/Nome	Efetivo/ Contratado/ACH	Turno	Quant. de Turmas AEE	Nº de Turmas Regular
01						
02						
03						

PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO						
Nº	Matrícula	Nome do Professor	Efetivo/ Contratado/Dobra	Carga horária	Turno AEE	Quant. de estudantes
01						
02						
03						
04						
05						
06						



Profissional de Apoio (PAE/ANEE)							
Nº	Matrícula	Nome do Profissional de Apoio Escolar - ANEE	Carga Horária	Turno de atuação	Nome dos estudantes acompanhados	Turma do estudante	Efetivo/ Contratado/ACH
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23							
24							
25							
26							
27							
28							
29							
30							
Total de profissionais de apoio escolar – PAE/ANEE					Total de estudantes acompanhados		



Intérpretes de Libras/Educacional					
Nº	Matrícula	Nome do Intérprete de Libras/Educacional	Turno de atuação	Efetivo/Contratado	Quant. estudantes
01					
02					
03					
04					

Instrutores/Professores de Libras						
Nº	Matrícula	Nome do Instrutor/Professor de Libras	Turno de atuação	Dias da semana que atua	Efetivo/Contratado	Quant. estudantes
01						
02						
03						

Responsável pelo preenchimento: _____

8.7 Sugestões e possibilidades para adequações e flexibilizações para favorecer a acessibilidade ao conhecimento¹:

Inclusão Escolar dos Estudantes da Educação Especial

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- REDE DE APOIO
- COMPETÊNCIAS PARA SÉC. XXI
- FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR
- PARCERIA COM AS FAMÍLIAS
- ACESSIBILIDADE AO CONHECIMENTO
- AÇÕES UNIVERSAIS DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM
- TRABALHO COLABORATIVO
- PLANEJAMENTO
- COLABORAÇÃO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

A inclusão escolar demanda ações pedagógicas inclusivas que considerem as diferenças humanas, os **diferentes ritmos e estilos de aprendizagem**, as **inteligências múltiplas** e **reconheça o potencial de cada um**. As ações e escolhas pedagógicas inclusivas são **processos indissociáveis de organização do ensino, de avaliação e de planejamento na educação** que podem ser realizados de diferentes maneiras, com observação, acompanhamento, avaliação e reavaliação e **reflexão constante dos profissionais**.

¹SEDUC. Flexibilização Curricular para estudantes público da Educação Especial. São Paulo: SP, 2021. Disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2021/03/flexibilizao-curricular-aos-estudantes-pblico-alvo-da-educacao-especial-paee.pdf>.

Para contribuir com ambientes e práticas pedagógicas cada vez mais inclusivas, destacamos abaixo algumas sugestões e possibilidades pedagógicas.

Caso hipotético	A depender de cada caso é possível considerar as adequações e estratégias sugeridas abaixo:
<p>Estudante com deficiência intelectual, ou paralisia cerebral, ou ainda deficiência múltipla, que ainda não possui competência leitora e escritora</p>	<p>O professor da classe comum pode substituir o texto por outro mais objetivo, uma resenha ou adicionar ao texto recursos imagéticos, charges, mapas mentais que permitam a compreensão do assunto tratado; Utilizar palavras-chave destacadas; Disponibilizar para o estudante recurso concreto (jogos pedagógicos, maquetes, reais, soroban, material dourado, tampinhas etc. Recursos que podem ser disponibilizados pelo AEE, permitindo ao estudante compreender e relacionar o conteúdo apresentado; Priorizar questões objetivas, com opção de ligar temas, imagens, palavras-chave, dentre outras; Registrar o retorno oral dos estudantes sobre os conceitos apreendidos; O professor da classe comum, juntamente com o analista pedagógico, precisa identificar quais as habilidades, competências e/ou campos de experiências são essenciais para o seu contexto e considerar as especificidades do estudante; É possível flexibilizar o tempo² para a realização de determinadas atividades ou estender o tempo para explicações concernentes ao conteúdo, uma vez que o estudante pode levar um tempo maior que os demais colegas para compreender os conceitos estudados.</p>
<p>Estudante com surdez na turma. Não realiza leitura labial, ainda não alfabetizado e em fase de aquisição da Libras</p>	<p>O instrutor/professor de Libras e professor do AEE precisam de acesso antecipado ao conteúdo da atividade para providenciar os recursos visuais adequados e verificar os sinais correspondentes; Parceria do professor da classe comum com os profissionais de Libras para organizações de adequações das atividades, exemplo: uso de recursos imagéticos e de tecnologia; estratégias que auxiliem o estudante na aquisição da Língua Portuguesa na modalidade escrita, apresentação do conteúdo em Libras auxiliando a compreensão do estudante no que diz respeito aos componentes curriculares, dentre outros; O intérprete de Libras/intérprete educacional também precisa ter acesso ao planejamento com antecedência para verificar os sinais a serem utilizados. Esse profissional poderá contribuir com o professor da classe comum, sugerindo adequações e estratégias que possam tornar as atividades mais acessíveis ao estudante.</p>

² As adequações na temporalidade dizem respeito à alteração no tempo previsto para a realização das atividades ou conteúdos e ainda ao período para alcançar determinados objetivos (BRASIL, 2003). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>

Caso hipotético	A depender de cada caso é possível considerar as adequações e estratégias sugeridas abaixo:
Estudante com cegueira na turma	<p>Análise conjunta entre o professor da classe comum, analista pedagógico e professor do AEE para identificarem as barreiras do contexto e conhecerem as potencialidades do estudante;</p> <p>Organizar estratégias, recursos e flexibilizações, por exemplo: a possibilidade de recursos de audiodescrição, a disponibilização de recursos táteis, criação de maquetes, mapas táteis, utilização de soroban, réalias, organização de atividades pedagógicas com recursos táteis e texturas diversas, dentre outros que o auxiliem na compreensão e se constituam suporte à aprendizagem;</p> <p>Organização do material impresso em Braille (caso o estudante domine);</p> <p>Verificar as barreiras arquitetônicas no contexto da sala de aula e demais espaços escolares;</p> <p>O professor do AEE precisa proceder com orientação à equipe escolar sobre técnicas e procedimentos de orientação e mobilidade.</p>

Atividades hipotéticas	A depender de cada caso é possível considerar as adequações e estratégias sugeridas abaixo:
Textos, situações problemas e enunciados	<p>Evite enunciados com excesso de informações, priorize uma linguagem mais direta;</p> <p>Tenha claro o que você pretende com aquela questão, utilize um texto mais direto, dividido em partes, como no exemplo:</p> <p>Texto inicial: O trem é um meio de transporte muito utilizado na Europa, milhares de pessoas viajam diariamente assim. O trem bala saiu de um país da Europa e foi até outro, passando por vários lugares lindos. Havia 350 passageiros quando iniciou a viagem. Quando chegou ao seu destino tinham saído do trem 213 pessoas durante a viagem. Quantos passageiros chegaram ao destino final?</p> <p>Texto adequado: <i>(Para uma linguagem mais direta)</i> - Um trem tinha 350 passageiros quando iniciou sua viagem. 213 passageiros desceram durante a viagem. Quantos passageiros chegaram ao destino final? <u><i>Se a intenção é saber se o aluno fará uma subtração, a linguagem mais direta no texto não vai comprometer este objetivo.</i></u></p>

E ainda:

- Material impresso colado no caderno para que o estudante tenha acesso ao conteúdo ministrado;
- Confeção pelo professor do AEE de pranchas de comunicação (nesse caso, o professor da classe comum irá verificar no dia a dia a funcionalidade desse recurso e sugerir outras possibilidades).

Outras possibilidades³:

Recursos materiais e/ou procedimentos	Finalidades
Uso de variadas linguagens como imagens, colagens, esquemas, maquetes, dramatização, música, entre outros, para o ensino e/ou demonstração/avaliação da aprendizagem.	Possibilitar diferentes formas de expressão e contextualização do estudante em relação a um conhecimento.
Leitura oral, por um mediador (professor, aluno mais experiente etc.), dos textos trabalhados em disciplinas como Ciências, Geografia, História e Matemática.	Favorecer a interpretação e o conhecimento que o estudante construiu em outras áreas, além da leitura interpretativa em Língua Portuguesa.
Atividades e/ou avaliações orais. Uso da tecnologia se há possibilidade de digitação ou ainda utilizando pranchas de comunicação. Um colega ou mediador como escriba ou leitor.	Substituir a expressão escrita pela oral, garantindo uma avaliação mais adequada da aprendizagem a partir de outra via de comunicação.
Atividades em grupos e em duplas, com orientações claras e acompanhamento dos docentes, promovendo o aproveitamento das habilidades de cada estudante.	Desenvolver a colaboração entre os estudantes; possibilitar outra forma de abordagem do conteúdo, por meio das trocas entre os pares e, com isso, proporcionar variadas fontes para a compreensão.
Alfabetários personalizados (cada estudante vai montando o seu com desenhos, recortes, fotografias, que estejam contextualizados).	Aproximar o conhecimento formal da escrita do contexto social e cultural do estudante, tornando a aprendizagem significativa.
Visor/régua para leitura (o visor pode ser de material emborrachado ou papelão, de cor contrastante com o branco, a régua não pode ser transparente).	Favorecer a leitura, permitindo que o estudante não se “perca” em tantas linhas escritas.

³ Adaptação do quadro apresentado por BRAUN, Patrícia e MARIN, Márcia. O desafio da diversidade na sala de aula: práticas de acomodação/adaptação, uso de baixa tecnologia. In: NUNES Leila et al. (Org) Comunicar é preciso, Marília: ABPEE, p. 93-106, 2011. Disponível em: <http://www.abpee.net/pdf/livros/Comunicar%20%C3%A9%20preciso%20-%20em%20busca%20de%20melhores%20pr%C3%A1ticas%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20aluno%20com%20defici%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Mini-quadro de pregas para organização de frases, formação de números, cálculos, ordenação de histórias com sequências lógicas.

O uso de material manipulável e estruturado favorece as relações entre as ideias, permitindo maior autonomia e variadas tentativas.

Referências

ANTUN. R. P. **Flexibilizações vs. adaptações curriculares**: como incluir alunos com deficiência intelectual. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/flexibilizacoes-adaptacoes-curriculares-como-incluir-alunos-deficiencia-intelectual/>. Acesso em dez. 2023.

ARANHA, M. S. F. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEESP, 2003. (Coleção: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso em dez. 2023.

BORSANI, M.J. **Adequação curricular**: construindo uma escola inclusiva. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/adequacao-curricular-escola-inclusiva>. Acesso em dez. 2023.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2. ed. Brasília: 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em dez. 2023.

_____. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em dez. 2023.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em dez. 2023.

_____. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar** (Coleção de 10 fascículos). Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com_content&view=article. Acesso em dez. 2023.

BRASIL. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. MPF: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2ª ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/231204/Manual_acesso_alunos_deficiencia_escolas_classes_comuns.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em dez. 2023.

_____. Projeto Escola Viva - **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>. Acesso em dez. 2023.

_____. Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em dez. 2023.

_____. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União 2009; 26 ago.

_____. **Decreto n. 7611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em dez. 2023.

CAST UDL. **Book Builder**. CAST, 2013. Disponível em: <http://bookbuilder.cast.org/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MARIN, Márcia. **Equidade: Diferenciar para Incluir**. I Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusiva. 13ª Jornada de Educação Especial. Desenho Contemporâneos de Educação Especial e Inclusiva: Fundamentos, Formação e Prática. 2016. Disponível em: <http://jee.marilia.unesp.br/jee2016/cd/arquivos/109286.pdf>. Acesso em dez. 2023.

NUNES, Leila (Org). **Comunicar é preciso**. Marília: ABPEE, 2011. Disponível em: <http://www.abpee.net/pdf/livros/Comunicar%20%C3%A9%20preciso%20-%20em%20busca%20de%20melhores%20pr%C3%A1ticas%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20aluno%20com%20defici%C3%Aancia.pdf>. Acesso em dez. 2023.

NUNES, C., MADUREIRA, I. **Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas - Da Investigação às Práticas**, n. 5, v. 2, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf>. Acesso em dez. 2023.

SASSAKI. K. R. **Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em dez. 2023.

SASSAKI. K. R. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos** (7a ed.). Rio de Janeiro: WVA (2006).

SEDUC. **Flexibilização Curricular para estudantes público da Educação Especial**. São Paulo: SP, 2021. Disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2021/03/flexibilizao-curricular-aos-estudantes-pblico-alvo-da-educao-especial-paee.pdf>. Acesso em dez. 2023.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

TOMLINSON, C. A. **The differentiated classroom: Responding to the needs of all learners**. Alexandria, VA: ASCD, 1999.

TOMLINSON, C. A. **How to differentiate instruction in mixed-ability—** 2nd ed. ASCD United States. 2001.

_____. **Diferenciação pedagógica e diversidade: Ensino de alunos em turmas com diferentes níveis de capacidades**. Porto: Editora Porto. 160 p. 2008.

UBERLÂNDIA. SME. **Diretrizes Municipais da Educação Especial de Uberlândia**, 2020. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>. Acesso em dez. 2023.

_____. **Instrução Normativa 006/2022**, disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/6498.pdf>. Acesso em dez. 2023.

_____. **Lei Complementar 661 de 08 de abril de 2019**. Dispõe sobre o Plano De Carreira Dos Servidores Do Quadro Da Educação Da Rede Pública Municipal De Ensino De Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>. Acesso em dez. 2023.

ZANATO, C. B.; GIMENEZ, R. (jul. 2017). **Educação Inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares**. Revista @mbienteeducação, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 289 – 303.